

INVISIBILIDADE TRANS E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO ATRAVÉS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DE CRATO-CEARÁ

Autor (1) Ana Teresa Camilo Duarte; Co-autor (1) Gutierrez Alves lobo; Co-autor(2) Cícera Alana Ferreira de Moraes;

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo principal discutir a invisibilidade dos casos de transfobia na rede socioassistencial da cidade de Crato-Ceará, entendendo essa rede como mecanismo do Estado de garantia de direitos a pessoas que estão em estado de vulnerabilidade e risco social e/ou tendo seus direitos violados. É sabido que a população trans sofre violência diariamente, seja partindo de xingamentos até lesões corporais graves, apenas pelo fato de ser quem são. Para melhor esclarecimento, esse trabalho tratará de tecer alguns comentários sobre a política de assistência social, conceito de identidade trans e suas reverberações nessa sociedade e por fim mostrará o resultado da pesquisa realizada em três equipamentos da política de assistência social, utilizando como método dialético de pesquisa e compreendendo os dados de acordo com análise de conteúdo defendida por Minayo.

Palavras-chave: Transfobia, violência, políticas públicas.

I – INTRODUÇÃO

A política de assistência social, constitutiva do tripé da seguridade social é direito do cidadão que dela necessitar e de competência estatal assegurá-la. Sua efetivação enquanto política pública estatal exige a articulação de diversas ações e atores coletivos, no sentido de garantir proteção e direitos sociais, de forma indistinta. Cabe pontuar que uma Política Nacional de Assistência Social, como se tem na configuração brasileira, desde 2004, representa um avanço significativo, tendo em vista o histórico assistencialismo e benemerência das ações assistenciais no país.

Como forma de atender e enfrentar as diversas demandas sociais, oriundas das desigualdades sociais e da diversidade humana, a referida política no âmbito do seu gerenciamento propõe a criação e efetivação de uma rede socioassistencial. Essa rede sendo aqui entendida como o conjunto de equipamentos e serviços que prestem atendimento, orientação e encaminhamento aos indivíduos que se encontrem em situação de risco e |ou vulnerabilidade social (PNAS, 2004).

No tocante a efetivação das ações dessa rede, elas se dividem a partir de níveis de complexidade, a saber: básica e especial. O primeiro, centra-se no caráter preventivo de suas ações. O segundo sendo dividido em duas esferas – média, quando houve violação de direitos, no entanto, não ocorreu ruptura dos vínculos

familiares. E alta complexidade nos casos em que existe o rompimento desses vínculos.

Uma das demandas que mais se coloca não só para os equipamentos dessa rede socioassistencial é a violência, que se expressa de diversas formas e por inúmeras determinações sociais e culturais. A violência de gênero em especial, vem cada vez mais se constituindo enquanto demanda e temática aos equipamentos dessa rede. O atendimento e enfrentamento desse tipo de violência sem discriminação e de forma ética se coloca enquanto necessidade e um desafio a ser superado.

Manifestações de discriminação, violência e assassinatos oriundos da LGBTfobia são bastante noticiadas nos diversos dispositivos midiáticos. Aliado a falta de proteção adequada, pela ausência de leis específicas que criminalizem a incidência dessas violências, os indivíduos desse segmento, em especial as pessoas trans – travestis e transexuais ficam cada vez mais expostas e vulneráveis as mais complexas violações dos seus direitos humanos. Podemos exemplificar destacando a discriminação, violência psicológica e física e negligência como manifestações de violências que acometem essa população (MELO, MIRANDA, 2016).

Um tipo de violência manifestada por questões de gênero é a transfobia, que segundo Jesus (2012), é um termo que se usa fazendo menção as discriminações e preconceitos sofridos pelas pessoas transgeneros¹, de forma geral. É importante pontuar que vários são os desafios que precisam ser enfrentados para que se tenha o mínimo de garantia de dignidade e respeito às identidades trans.

Nesse sentido, surge, o questionamento central dessa reflexão – discutir a invisibilidade dos casos de transfobia na rede socioassistencial da cidade de Crato-Ceará.

A referida temática possui grande relevância social e acadêmica, tendo em vista que pessoas trans são assassinadas diariamente de forma brutal, além dos inúmeros preconceitos e violências que são naturalizados por uma sociedade machista e transfóbica. Trata-se de dar visibilidade ao que é colocado como invisível sem ser.

METODOLOGIA

O método escolhido para essa pesquisa se fundamenta na perspectiva dialética no qual “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente” (GIL, 2010). Para mais, a pesquisa se concentra no tipo exploratória descritiva e de a abordagem

¹ Para análise mais aprofundada acerca do conceito, ver, Jesus (2012).

qualitativa que, ainda segundo Gil (2014), estabelece a dimensão de visão ampla sobre o tema a partir das descrições características dos fenômenos encontrados no trajeto da análise.

A pesquisa foi realizada em quatro equipamentos: três vinculados a políticas de assistência social sendo o Centro de Referências Especializado da Assistência social, o Centro de Referência da Mulher do Crato e Centro de Referência Especializado para a População de Rua. Os sujeitos da pesquisa são os profissionais representantes dos equipamentos citados, no qual responderam um questionário, instrumento escolhido para a realização da pesquisa, contendo seis questões abertas. Como critério de inclusão foram escolhidos os profissionais que atuam no equipamento e como exclusão àqueles que se negaram a assinar o Termo de Pós-Esclarecido.

Para a análise e interpretação dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo na perspectiva de categorização que, segundo Minayo (2014) e propõe a "descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou frequência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado". A categorização então, ajuda a esquematizar um sistema de elementos classificatórios que se adequem ao objeto de pesquisa. Dessa forma, o processo de interpretação do material, que consiste em interligar o que foi obtido através do participante da pesquisa com o arcabouço teórico referenciado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A transfobia vem sendo discutida ao longo dos anos, todavia não foram encontrados registros significativos desses casos em equipamentos da política de assistência social, ou mesmo no mapa da violência, o que nos faz refletir sobre a invisibilidade da temática nas políticas de direito. As hipóteses para essa invisibilidade podem ser justificadas pela própria estrutura da sociedade, banhada pelo padrão heteronormativo, norma já discutida no corpo desse trabalho.

Seguindo com a metodologia escolhida para análise, a pesquisa foi dividida por categorias classificadas de acordo com as respostas dos profissionais, somando um total de seis questionamentos:

Direitos violados e violência como principais demandas

Nessa categoria foi abordado sobre as principais demandas atendidas pelo equipamento.

P1 Violência contra crianças, idosos e adolescentes. Incluindo deficientes (PCD) e pessoas com doença mental (com direitos violados)

P2 Estupro, lesão corporal (Art. 129 CPB), ameaça (Art. 147 CPB) dano, medidas protetivas

P3 Pessoas em situação de rua

De acordo com as determinações do Ministério do Desenvolvimento Social, à rede de atendimento de média complexidade são estabelecidas, no arcabouço da política de assistência social, construída sob os comandos da lógica burguesa, serviços fixos de atendimento as pessoas que estão com seus direitos violados, cujo vínculo familiar ainda não foram rompidos. A demanda relacionada pelos participantes da pesquisa está voltada para chamadas “minorias” da sociedade, neste caso, todavia violências do campo das identidades de gênero e orientações sexuais não foram elencadas, fato que nos faz refletir sobre a necessidade de um debate mais apurado sobre o tema também no interior das instituições estatais.

Ausência de registro nos equipamentos

Aqui, fora questionado se existe casos de transfobia no equipamento.

P1 Não.. Da forma explícita não há registro de transfobia. Só agora (2017) apenas dois casos. Em sua maioria ele é velado. Só um olhar mais atento que percebe.

P2 Não. Mesmo o CRM sendo uma estrutura essencial na prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher, além de construção de cidadania (ações/eventos) e atendimento interdisciplinar a demanda dessa natureza não foi detectada.

P3 Sim. Um caso

A rede de atendimento em questão segue, lógico, determinações do Estado e no que se refere ao público alvo de cada equipamento, o atendimento não abrange a transexualidade. Boschetti (2000 pág. 142) aponta, nesse sentido, que “a assistência assume um caráter absolutamente seletivo e a focalização acaba estimulando o jogo da discriminação positiva, estigmatizando e excluindo usuários potenciais a quem o direito deveria estar sendo assegurado”. A ausência de registro confere essa lógica.

Preconceito como barreira à busca do atendimento

Aqui foi feito o seguinte questionamento: na sua percepção, quais os motivos que dificultam a busca das pessoas trans à Rede Socioassistencial

- P1** Medo do preconceito. Talvez acreditam que a rede socioassistencial não lhes trará resposta satisfatória
- P2** Ausência de informação. Receio de sofrer preconceito
- P3** preconceito e o trabalho coletivo, pois “muitos deles não aceitam aproximações e trabalhos em equipe”.

Nessa categoria cabem questionamentos rigorosos, não obstante, nesse momento a reflexão se dará apenas para a nítida violência do Estado sobre as pessoas trans. Nessa lógica, o Estado está conseguindo transferir a responsabilidade de enfrentar essa expressão da questão social para o próprio indivíduo. Montano (1999) tem uma discussão sobre a funcionalidade do terceiro setor, cuja ideia aponta a estrutura da transferência de responsabilidades manipuladas pelo Estado, secundarizando pautas importantes como essa. No que se refere à categoria de análise em questão: “preconceito como barreira à busca do atendimento”, tem perspectivas muito mais amplas que devemos nos ater. É fato que a população trans é excluída dos espaços públicos e privados da sociedade por serem considerada sujeitos, segundo Butler, abjetos, aberrações e que devem ser punidas por isso, o que justifica todo esse receio do preconceito. O questionamento aqui é: Qual a responsabilidadae do Estado, como principal ferramenta de garantia de direitos nesse processo? A ausência da procura da população trans pelos equipamentos da assistência social tem como justificativa o tratamnto eu o estado oferece cotidianamente a ela?

Serviços sem direcionamento específico

Nessa categoria foi questionado quais o serviços ofertados pelo equipamento nos casos de transfobia.

- P1** O mesmo que é disponibilizado a qualquer indivíduo/fampilia em situação de violência. Escuta e acompanhamento psicossocial e jurídico (orientações) e encaminhamentos.
- P2** não há atendimento diferenciado para o público trans, sendo os mesmos de acolhimento, acompanhamento psicológico e social as mulheres em situação de violência, que também fornecem orientação jurídica e encaminhamento para serviços. Citamos (médicos, remédios e órgãos de apoio: CREAS, CRAS, Defensoria Publica, DDM)
- P3** Grupos temáticos, atendimentos individuais (psicológico e social)

As reflexões transfobia são recentes, porém não é de hoje que as pessoas trans sofrem violência cotidianamente, mesmo assim o Estado não tem acompanhado essas discussões, o que acaba por enfraquecer e, isso não deixa de ser objetivo da estrutura de Estado que temos hoje, as perspectivas de enfrentamento das reais necessidades do indivíduo. Fica nítido que os serviços ofertados para os casos de transfobia são os mesmo para todas as violações de

direitos porque não existe demanda para haver algum tipo de serviço específico. Afirmação que merece reflexões e que este trabalho busca, em seu corpo, propor. Pereira (2012, pág. 16) destaca que “o mau uso político da assistência social, que nos dias de hoje, constitui a ponta o iceberg negador de direitos que, por não serem autoaplicáveis, deveriam que concretizados por políticas públicas, incluindo a assistência”

Debate para conhecer o tema em seguida registro da ocorrência

Aqui foi levado em questão se a temática transfobia está sendo debatida pelos profissionais no equipamento?

P1 Sim. Geralmente existe a preocupação do não registro de casos ou encaminhamento a esse respeito

P2 Não. Devido a dinâmica do trabalho, quase que de forma exclusiva ser direcionado as ocorrências cotidianas

P3 Sim. Devido muitos ainda não conhecer a temática transfobia, o serviço procura sempre esclarecer e demonstrar a existência dos direitos e deveres existentes.

O debate sobre a transfobia, de uma forma geral, ainda é pouco discutido, todavia a ausência dessa discussão no âmbito das políticas públicas torna-se ainda mais desafiador o enfrentamento dessa violência. Os participantes da pesquisa relataram a aproximação com o com o debate no interior do equipamento, exceto o participante dois, todavia, percebe-se o quão ainda é vazio o debate sobre a problemática. A política de assistência social na contemporaneidade segue o fluxo avassalador da corrente neoliberal cujas premissas limitam os debates sobre os sujeitos e suas individualidades. Barroco sugere questionamentos importantes do ponto de vista da prática profissional no interior desses equipamentos. O autor compreende a afirmação dos estereótipos e preconceitos como limitações nos procedimentos técnicos-operativos. A falta do debate para o amadurecimento do conhecimento determina essas questões.

Discriminação acerca da identidade de gênero, manifestando-se desde sutis atos de violência até o assassinato das pessoas trans

Por fim, procurou-se saber a percepção do profissional sobre transfobia.

P1 Percebe-se que a cada dia as atitudes negativas em relação as pessoas transexuais, travestis e transgênero se apresentam. Das pequenas atitudes a atos de extrema violência fatal. Só a mudança da atitude da sociedade poderá amenizar ou diminuir essas violações.

P2 É o preconceito e a discriminação em razão da identidade de gênero, logo transexuais e travestis. Destarte, não podemos olvidar a construção cultural de gênero, essência decisiva

nessa evolução dos direitos humanos e convivência social.

P3 Muitos ainda não se reconhecem e podemos perceber o preconceito entre muitos que não se reconhece como mulher (vagina) homem (pênis) chegando a sofrer dificuldades diárias onde muitos profissionais devem ter conhecimento sobre transfobia para desenvolver seus usuários

O conceito de transfobia é de suma importância tanto para dar qualidade aos procedimentos técnicos a ser utilizados pelos profissionais da rede, quanto para o processo de desconstrução dos estereótipos estabelecido para esse público e punição daqueles que praticam a violência. Os participantes da pesquisa, todavia, com menos clareza a resposta do participante três, se alinham a pensamentos de autores dos estudos de gênero.

A sociedade tenta materializar nos corpos as verdades para os gêneros através das reiterações das instituições sociais. A necessidade permanente do sistema em afirmar e reafirmar a dicotomia inrelativizável dos gêneros, indica que o sucesso e a concretização desses ideais não ocorrem como se deseja, demonstrando que este sistema não é um todo coerente. As possibilidades de rematerialização, abertas pelas reiterações, podem potencialmente gerar instabilidades, fazendo com que o poder da lei regulatória volte-se contra ela mesma. É nesse cenário de fissuras, contradições rizomáticas que se deve analisar a experiência transexual (BENTO, 2006, pág. 05)

Faz-se necessário que haja o processo de desconstrução desses estereótipos, cujas representações afetam significativamente as relações sociais e engendram violências brutais a parcela da população. O padrão hegemônico heteronormativo, branco e de classe média não pode ser visto como absoluto e moralmente como único.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações de ódio e violência contra as pessoas e identidades trans reflete o quanto os binarismos ainda estruturam social e simbolicamente as relações sociais. Dessa forma, tudo que transcende a heterossexualidade compulsória está suscetível de sofrer as represálias sociais, muitas vezes, com a própria vida.

A invisibilidade dos casos de transfobia na rede socioassistencial nos sinaliza duas questões, a saber – Primeiro, a população trans pode desconhecer e, por isso, não procurar os referidos equipamentos, conforme nos mostrou os dados do estudo. Segundo, que o debate sobre essa problemática ainda é muito incipiente, evidenciando a necessidade de avanços tanto na legislação, como no campo das políticas públicas que objetivem o enfrentamento e a garantia de direitos e de viver dessas pessoas. O Estado, como regulador dos direitos sociais, é o responsável para efetivar determinadas questões, que estão sendo demandas pela sociedade.

As categorias encontradas na pesquisa mostram o vazio que existe no interior dos equipamentos da política de assistência social do Crato-Ce, no que diz respeito ao debate entre os profissionais sobre o tema, aos registros de ocorrência em casos de transfobia, aos serviços direcionados para o público transexual. Tais resultados não são fatores isolados do contexto social que a sociedade brasileira ultrapassa. O padrão heteronormativo ainda consegue ser hegemônico e as punições para aqueles que fogem a essa regra continuam acontecendo no âmbito privado, mas, primordialmente, na ordem pública.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Célia Chaves Gurgel. **Dores visíveis: violência em delegacias da mulher no Nordeste**. Fortaleza: REDOR/UFC, 2001..

____BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm. Acesso em: 07 de junho de 2017.

____BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social. Ministério do desenvolvimento social e combate a fome**: Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

____BRASIL. **Sistema único de Assistência Social**. Disponível em: <http://www.congemas.org.br/NOBversaofinal.pdf>. Acesso em 07 de junho de 2017.

BENTO, B. **A (re)invenção da transexualidade: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BARROO, Maria Lúcia Silva, TERRA, Sylvia Helena. **Conselho Federal de Serviço Social – CEFES (Org.) Código de Ética do Assistente Social Comentado**. São Paulo. Cortez, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. São Paulo: Atlas, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012.

MIRANDA, Marcelo; MELO. **Gênero e Sexualidade como Processos Educacionais: categorizações sociais dos professores e gestores na educação básica**. In: VI EPEPE – ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL EM PERNAMBUCO, 6., 2016, Juazeiro,

Bahia. Anais... Juazeiro: Universidade do Vale do São Francisco, Juazeiro, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.